

2

3

### Ata de Reunião

4 Ao sexto dia do mês de Dezembro de dois mil e vinte e três, às nove horas da manhã,  
5 reuniram-se ordinariamente no Palácio das Araucárias representantes e conselheiros da  
6 sociedade civil do Conselho Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais,  
7 Conselheiros e representantes Governamentais e Convidados. **Participantes:**  
8 **Conselheiros Governamentais:** Jane Cristina Lobato Vasques/SEJU, André Luiz  
9 Serio/SEIL, André F. Eiterer/SEDEST, Ellen Cunha do Nascimento/SEEC Silberto  
10 Cardoso/SEDEF, Gustavo Mussi/CCIVIL, Josil do Rocio Voidela Baptista/SEIL, André Luiz  
11 Brandão/SESP, Clemilda Santiago/SETI, Daniele Martin Sandri/SEAB **Conselheiros da**  
12 **Sociedade Civil:** Ana Maria dos Santos/Benedeiras, Suely Alipio dos  
13 Santos/Cipozeiras, Robson Borges Arantes/Religião de Matriz Africana, Dimas  
14 Gusso/Faxinalenses, Zuleide dos Santos/Caiçaras, Ana Maria dos Santos da  
15 Cruz/Quilombolas, Misael Jefferson Nobre/Ilhéus. **Convidados:** Eduardo de Oliveira  
16 Filho/SEMIPI, Ana Carolina Brollo de Almeida/MPPR, Pollyana Medeiros/SEMIPI, Kethlen  
17 Tie/Terra de Direitos, Jaqueline/Terra de Direitos Daniela Koteski, Matheus  
18 NUCIDH/DPPR. **Justificativas de Ausência:** **Secretária Executiva:** Hayanne  
19 Iovanovitchi. **Discussão:** Em primeiro momento, Hayanne em sua qualidade de  
20 Secretária Executiva deste conselho informou que seriam aguardados alguns minutos  
21 para iniciar, considerando o preenchimento do quórum, informa que as conselheiras  
22 faltantes estavam subindo, e que a demora se deu pelo problema com os elevadores no  
23 palácio das araucárias. **Pautas:** Apreciação e Aprovação das Pautas; Aprovação da Ata  
24 de outubro de 2023; Relato das Comissões; Informes da Secretaria Executiva e dos  
25 Conselheiros; Calendário Anual 2024 para aprovação; Indicação Gov para presidência;  
26 Central de Viagens; Regimento Interno; Cadastro Único de Povos e Comunidades  
27 Tradicionais; Informes Gerais; e Encerramento. **Inclusão de pauta:** **Gustavo Mussi/Casa**  
28 **Civil** - Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental Quilombola; **André Eiterer/IAT** -  
29 portaria 241; **Antonio Barbosa/DPE** - como está sendo construído o calendário da CPLI,  
30 que as comunidades sejam com antecedência; **Dimas Gusso/Faxinalense** questiona o  
31 retorno do ofício enviado ao IAT, para informações sobre o projeto da SEUC, solicitando  
32 que fosse apresentado qual o estado atual de andamento do projeto. Aprovados os  
33 pontos a serem acrescentados nas pautas. **Pauta - Aprovação da ata de Outubro de**  
34 **2023:** **Robson Borges/Religiões de Matriz Africana** relata que na ata não apareceu na

35 ata a questão da redistribuição de 2 cadeiras do conselho, relacionado a garantia de uma  
36 cadeira aos povos de religiões de matriz africana e faxinalenses. **Gustavo Mussi/Casa**  
37 **Civil** comenta que teria ficado sob a responsabilidade de Pollyanna/SEMIPI para ser  
38 estudado como poderia ser feita a mudança das cadeiras, mas que é necessário constar  
39 em ata as discussões realizadas sobre o assunto. **Misael Jefferson/Ilhéus** aponta que  
40 pode ser feito uma discussão sobre as vagas que ficaram desocupadas com a saída dos  
41 povos indígenas e após isso ser feita uma solicitação de alteração da lei, sendo assim,  
42 sugere que seja feita a inclusão da discussão sobre a ocupação das cadeiras como ponto  
43 de pauta para que os conselheiros representantes da sociedade civil decidam sobre qual  
44 segmento irá ocupar as vagas que ficaram desocupadas. **Pollyanna Medeiros/SEMIPI**  
45 cita que relacionado a conferência a secretaria está pensando em fazer parcerias com as  
46 universidades para que possa ser feito o mapeamento das comunidades tradicionais do  
47 estado do Paraná, para então fazer a análise relacionado aos números de cadeira. **Misael**  
48 **Jefferson/Ilhéus** diz que o ponto mais urgente agora é a redistribuição das vagas por  
49 segmento, já que existem 2 cadeiras vagas, então pela tarde os conselheiros da  
50 sociedade civil vão discutir sobre como redistribuir pois a pauta esta se estendendo a 3  
51 reuniões. **Robson Borges/Religiões de Matriz Africana** pontua que aprovou uma ata  
52 que não leu, pois no seu entendimento teria ficado os ilhéus e as comunidade de terreiro.  
53 **Dimas Gusso/Faxinalense** diz que teria sido indicadas duas mulheres, uma ilhéu e uma  
54 faxinalense de pinhão para ocupar as vagas, e reforça a necessidade do  
55 comprometimento dos conselheiros com a participação no conselho. **Misael**  
56 **Jefferson/Ilhéus** pede para que seja dado andamento nas pautas. **Retomam a**  
57 **aprovação da ata, com a inclusão da sugestão do Robson. Hayanne/Secretaria**  
58 **Executiva** passa para a próxima pauta, fazendo a leitura dos informes. Nenhum  
59 conselheiro se manifesta para informe. Segue para a próxima pauta. **Pauta - Aprovação**  
60 **do calendário de 2024:** Os presentes solicitam que seja trocada a data da reunião de  
61 fevereiro, pois seria durante o carnaval. É sugerido pelo Misael e Robson que as reuniões  
62 sejam feitas de terça e quarta feira, fevereiro será no dia 20 e 21 de fevereiro, abril 16 e  
63 17, 11 e 12 de junho, 13 e 14 de agosto, 22 e 23 de outubro e 10 e 11 de dezembro.  
64 **Misael Jefferson/Ilhéus** pede a aprovação. **Jane Vasques/SEJU** sugere que a reunião  
65 de dezembro seja feira antes por conta da prestação de contas, então decidem mudar  
66 para os dias 3 e 4 de dezembro. **Jane Vasques/SEJU** pergunta se as reuniões seriam  
67 todas no Palácio das Araucárias, **Hayanne/ Secretaria Executiva** diz que precisa avaliar  
68 novamente a disponibilidade de salas. **Calendário Aprovado.** A secretaria executiva passa  
69 para a próxima pauta e cita que a Clemilda solicitou que a pauta da presidência fosse

70 mudada para o período da tarde, sem oposições, avança para as pautas das comissões.

71 **Pauta - Relato das Comissões: Andre Eiterer/ IAT inicia** o relato das pautas das  
72 comissões pelo protocolo 19.2006.870-3. Cita que entraram em contato com o advogado  
73 do faxinalense que sofreu violência no Faxinal de São Roquinho, município de Pinhão.

74 **Misael Jefferson/Ilhéu** pergunta sobre o andamento do processo. **Gustavo Mussi/Casa**  
75 **Civil** diz que a notícia final é que foi arquivado o processo, é necessário solicitar via que a  
76 defensoria pública. **Jaqueline/ Terra de direitos** solicita que seja oficiado o CAOPJDH-  
77 MP/PR, pois foi quem pediu desarquivamento do caso. **Dimas Gusso/Faxinalense** relata  
78 que o conflito é com os fazendeiros da região, próximo a uma barragem e segundo os  
79 relatos a causa da caça gera conflitos, que o acusado teve a casa invadida por policiais,  
80 sem mandado judicial, ocasião em que usaram gás de pimenta de maneira brutal,  
81 atacando o Ednilson, que quando teve oportunidade correu, momento em que foram  
82 disparados tiros em sua direção. Cita ainda que a vítima registrou boletim de ocorrência  
83 mas foi ameaçado para que não fosse levado a diante o processo. Relata que diversos  
84 faxinalenses são ameaçados em seus territórios, que já envenenaram até peixes. **Andre**  
85 **Eiterer/IAT** cita que parece que no processo foi invertido os fatos, alegando que o  
86 Ednilson que atirou nos policiais em um primeiro momento, e que é necessário solicitar  
87 apoio do CAOPJDH. Cita que é um assunto delicado e que é preciso que os presentes  
88 ajudem. Aprovado o envio de ofício ao CAOPJDH, para solicitar uma análise sobre o  
89 arquivamento do processo, sugerindo que ele seja retomado e ofício solicitando  
90 informações para a SESP, e defensoria pública. **Jaqueline/ Terra de direitos** diz que foi a  
91 promotoria da comarca que arquivou o processo, onde os policiais militares da região que  
92 realizaram a tortura, ocorrendo várias formas de ocultar o caso. Então talvez não seja  
93 adequado oficial a promotoria da comarca. A Plenária aprova a pauta. **Ana Brolo/MP**  
94 pergunta qual o número do ofício do CAOP. **Andre Eiterer/IAT** cita que na verdade o  
95 ofício irá sair a partir das discussões da comissão de agora. **Jane Vasques/SEJU** solicita  
96 que a secretaria executiva avalie as pastas de 2022. A Secretária Executiva relata que o  
97 ofício estava parado na chave do CPCT. **Ana Brolo/MP** ficou responsável por procurar se  
98 já existem ofícios nesse sentido. **Andre Eiterer/IAT** da seguimento as pautas. Protocolo  
99 19.2006.591-7, em que a DPU oficiou o CPCT para identificação de comunidade  
100 tradicionais no parque e reserva, informa que ficou responsável por levar a discussão  
101 para o IAT para que seja possível realizar o levantamento. A plenária aprova. **Misael**  
102 **Jefferson/Ilhéus** pontua sobre a portaria 241, onde a comissão decidiu enviar um  
103 protocolo para o IAT solicitando um formulário simplificado para facilitar a compreensão e  
104 aplicação da portaria nas comunidades tradicionais, que já é previsto na lei, mas não

105 ocorre. **Jaqueline/Terra de direitos** diz que existiu outro ponto nessa questão,  
106 envolvendo a policia como um todo que atuam nessas áreas, dizendo que falando com  
107 um sargento apontou que seria necessário um curso para tratar sobre as comunidades  
108 tradicionais, pois pela falta de conhecimento da policia, acabam atuando de maneira  
109 incorreta. Solicitou a SESP para iniciar a partir da escola de governo a construção de uma  
110 capacitação para os policiais do estado relacionadas aos povos e comunidades  
111 tradicionais. Além disso, foi sugerido a criação de uma nota técnica que circulasse em  
112 todos os batalhões/policiais para acesso a um documento físico. **Robson**  
113 **Borges/Religiões de Matriz Africana** sugere que não seja colocado com nome de  
114 formação, após, inicia os relatos sobre a comissão que faz parte, inicia com o protocolo  
115 16859726-6, onde a comissão sugeriu encaminhar a solicitação para a SEJU,  
116 considerando ser antigo o protocolo em que a união cigana do brasil não entrou na pauta  
117 da reunião de 2020, ainda, reforçam a necessidade da comunidade cigana discutir e  
118 incluir esse ponto de pauta para que seja colocado na conferência. **Jane Vasques/SEJU**  
119 diz que essas pautas agora estão na SEMIPI e pede para explicar o motivo de enviar a  
120 pauta para a SEJU. **Robson Borges/Religiões de Matriz Africana** explica que o  
121 questionamento é do motivo por não ter sido dado encaminhamento à época em que a  
122 pasta estava na referida Secretaria. **Jane Vasques/SEJU** sugere que seja enviado o  
123 oficio a SEJU e também a SEMIPI. **Robson Borges/Religiões de Matriz Africana** diz  
124 que conversou com a Clemilda, que se colocou a disposição para enviar o oficio a todos  
125 os municípios sobre a situação de acampamento dos povos ciganos, mas mesmo assim a  
126 decisão é do prefeito do município, então é importante que esses pontos sejam trazidos  
127 para o conselho para ser levado para a conferência. Aprovam o encaminhamento. **Pauta**  
128 **- Cadeiras: Pollyanna Medeiros/SEMIPI** inicia o relato sobre o andamento da alteração  
129 da lei, onde a antiga secretaria executiva já havia encaminhado a alteração da lei. Realiza  
130 a leitura da lei alterada. **Robson Borges/Religiões de Matriz Africana** e **Misael**  
131 **Jefferson/Ilhéu** solicitam a ata onde foi aprovada a alteração da lei, pois não condiz com  
132 a vontade dos conselheiros da sociedade civil. **Pollyanna Medeiros/SEMIPI** cita que a  
133 alteração é do mês de agosto. **Hayanne/ Secretaria executiva** diz que a alteração do  
134 mês de abril foi a alteração para a criação do Conselho dos Povos Indígenas, a alteração  
135 do mês de agosto é relacionada as cadeiras. **Ana Brolo/MP** diz que nas últimas reuniões  
136 solicitou que fosse exposta a lei como está atualmente. **Pollyanna Medeiros/SEMIPI** lê  
137 os itens que foram modificados e as datas em que foram modificados, a mudança das  
138 vagas foi realizada em agosto de 2023. **Misael Jefferson/Ilhéu** diz que a lei esta  
139 equivocada, pois na reunião em que a Isabella e o Denis estavam presentes foi decidido

140 aumentar uma vaga dos ilhéus e das religiões de matriz africana, e diz que com essas  
141 grandes mudanças no conselho, eles não estão conseguindo ter acesso as atas e estão  
142 sendo desrespeitados, considerando que não estão sendo consultados nas mudanças,  
143 cita que é necessário terem respeito. **Pollyanna Medeiros/SEMIPI** diz que com relação a  
144 esse problema das cadeiras, é relacionado a antiga secretaria executiva, e que algumas  
145 questões que se perderam no caminho. **Jaqueline/ Terra de direitos** diz que existe um  
146 problema recorrente de mudança da secretaria executiva e de presidência, que ocorre a  
147 cada seis meses. **Pollyanna Medeiros/SEMIPI** explica que a única alteração feita pela  
148 SEMIPI foi com relação ao Denilto e Alfrania, as outras modificações foram de outras  
149 secretarias. **Misael Jefferson/Ilhéu** diz que não pode haver a perda de informações e  
150 atas, que o governo precisa padronizar e manter o registro. **Hayanne/Secretaria**  
151 **Executiva** diz que existem documentos que não são disponíveis de abrir por causa da  
152 mudança das pastas e que esta fazendo o possível para retomar o que foi perdido, bem  
153 como para colocar em ordem de agora em diante. **Ana Brolo/MP** diz que a cadeira foi  
154 modificada em Abril. **Robson Borges/Religiões de Matriz Africana** sugere que se a  
155 plenária decidir pode ser feita alteração novamente, e que a gestão de agora não pode  
156 pagar pelos erros das gestões anteriores. A reunião online cai e a secretaria executiva  
157 explica que estão sem técnicos da SEMIPI presentes no prédio. **Pollyanna**  
158 **Medeiros/SEMIPI** informa a plenária que o protocolo de alteração da lei se encontra na  
159 ALEP. **Hayanne/Secretaria executiva** pontua que é necessário alterar o regimento  
160 interno do conselho, considerando a reforma administrativa. **Jane Vasques/SEJU** pontua  
161 que pode ser aproveitado para fazer as correções que sejam solicitadas pelos  
162 conselheiros. **Hayanne/Secretaria executiva** sugere que se for aprovado ela pode  
163 encaminhar a parte burocrática. **Jane Vasques/SEJU** sugere que uma comissão faça a  
164 análise, leve para a plenária, para depois encaminhar. **Misael Jefferson/Ilhéu** sugere que  
165 a secretaria executiva faça as alterações lógicas e depois seja feita a análise pela  
166 comissão de gestão e financiamento para ser levada a plenária. **Jane Vasques/SEJU**  
167 questiona como vai ser encaminhada a questão da lei. **Gustavo Mussi/Casa Civil** explica  
168 que os conselheiros da sociedade civil vão discutir, depois vai ser levada a plenária para  
169 alteração da lei de acordo com a vontade da sociedade civil. **Pauta - Central de Viagens:**  
170 **Celso Ricardo/SEMIPI** explica sobre a ficha de solicitação de viagem, como informar os  
171 horários, quais os processos para as viagens serem aprovados e os prazos para  
172 solicitação e prestação de contas. **Robson Borges/Religiões de Matriz Africana** diz que  
173 para eles algumas questões já estavam resolvidas, que para eles quando eles chegam na  
174 cidade a primeira coisa é tirar fotos dos comprovantes e encaminham para a secretaria

175 executiva para na próxima reunião trazer os comprovantes físicos, e diz que eles não tem  
176 o custeio de envio de correio, diz que na hora do almoço eles vão para o hotel, porque  
177 chegam de madrugada e não conseguem descansar, então eles querem utilizar os  
178 translado na hora do almoço também. **Hayanne/Secretaria Executiva** diz que o processo  
179 de entrega por foto e o físico na volta para a próxima reunião já era o processo e que isso  
180 pode se manter. **Roseli Cristina/SEMIPI** solicita que eles se retirem da reunião por conta  
181 de agenda com a Diretora Clemilda. **Misael Jefferson/Ilhéu** questiona que na lista  
182 entregue esta escrito que é necessário colocar os comprovantes de alimentação e  
183 hospedagem. **Hayanne/Secretaria Executiva** explica que não é necessário, que  
184 entende qual é o processo e a dificuldade em entregar os documentos e que vai ajudar no  
185 que for preciso, pois também pertence a comunidade tradicional e entende como as  
186 coisas funcionam. **Robson Borges/Religiões de Matriz Africana** questiona o motivo de  
187 Roseli e Celso terem saído, que ainda tem 10 minutos de reunião e que isso pode gerar  
188 confusão, pois não terminaram de explicar e esse era o momento para tirar dúvidas.  
189 **Misael Jefferson/Ilhéu** encerra a reunião para a pausa do almoço. **Hayanne/Secretaria**  
190 **Executiva** reforça as pautas da tarde. Pausa para o almoço às 12:00 com retorno às  
191 13:00. **Pauta – Indicação Presidência:** Inicia-se com relato da **Clemilda Santiago/SETI**  
192 sobre a indicação da presidência para informando sobre a reunião realizada com o gov e  
193 indicação da gestão governamental para presidência do CPCT, cita que houve consenso  
194 entre os gov para que o Gustavo Mussi assuma a presidência pela proximidade e pelo  
195 trabalho que já vem realizando com PCT'S a muitos anos. **Gustavo Mussi/ Casa Civil**  
196 agradece a indicação e cita que não muda sua perspectiva sobre o papel da presidência,  
197 cita que a presidência não tem atribuição que não seja participar do colegiado e que todas  
198 as decisões devem ser realizadas pelo colegiado. **Misael Jefferson/Ilhéu** declara  
199 Gustavo Mussi empossado. **Pauta – Central de Viagens:** **Celso Ricardo/SEMIPI** inicia  
200 realizando uma nova explicação sobre a central de viagens e disse que não é necessário  
201 prestar contas da hospedagem e alimentação, somente comprovante de transferência ou  
202 saque. **Robson Borges/Religiões de Matriz Africana** questiona a questão de enviar  
203 fotos dos comprovantes e trazerem o físico na próxima reunião. **Roseli Cristina/SEMIPI**  
204 diz que vai confirmar no financeiro para ver se é possível fazer dessa forma. **Ana**  
205 **Maria/Quilombola** pontua que caso não for necessário é preciso receber o valor do  
206 combustível até o correio e o valor do correio. **Celso Ricardo/SEMIPI** diz que organizou  
207 uma lista de assuntos e lê para a plenária. **Robson Borges/Religiões de Matriz Africana**  
208 diz que só ficaram duas questões, fotos e encaminhamento por correio e a outra questão  
209 é o translado para o almoço. **Celso Ricardo/SEMIPI** diz sobre a necessidade de serem

210 tiradas fotos de boa qualidade para ser possível a leitura do conteúdo. **Roseli**  
211 **Cristina/SEMIPI** diz que vai tirar a dúvida com o financeiro, referente ao translado na hora  
212 do almoço. **Hayanne/Secretaria Executiva** pede para encaminhar para a próxima pauta,  
213 do cadastro único. **Pauta Cadastro Único PCT'S: Misael Jefferson/Ilhéu** inicia falando  
214 que são poucas as comunidades tradicionais que tem acesso ao cadastro único, que não  
215 conseguem discriminar como comunidades tradicionais. Questiona como podem fazer  
216 para ter esses segmentos no cad único. **Magali/SEDEF** inicia a explicação sobre qual é o  
217 funcionamento do cad único, gpde, grupo tradicionais específicos, identificados dentro do  
218 cad único. Cita que a discussão sobre incluir novos povos já foi levantada, mas existe  
219 dificuldade por parte do governo federal. **Gustavo Mussi/Casa Civil** diz que existe um  
220 decreto federal que descreve 28 comunidades, decreto 6040, PNPCT. **Magali/SEDEF**  
221 pede para a Secretaria Executiva projetar o material que ela trouxe para explicar o  
222 relatório de informações sociais, com dados demográficos dos cadastrados no cad único  
223 e que recebem bolsa família de acordo com segmento. Ela sugere sair um ofício do  
224 conselho para a Secretaria Nacional que coordena o cadastro único SAgi CAD,  
225 solicitando a inclusão de povos e comunidades tradicionais se apoiando na PNPCT, e diz  
226 que elas podem se identificar com mais de uma categoria, ex: ilhéus + pescadores  
227 artesanais. **Clemilda Santiago/SETI** diz que existe um decreto estadual que cita os 12  
228 povos dos estado do Paraná de nº 5881/2020 de 7 de outubro de 2020, assinado pelo  
229 governador e secretário de saúde, descrevendo as populações citadas como grupos de  
230 vulnerabilidade social. **Magali/SEDEF** diz que é melhor colocar a PNPCT pelo o programa  
231 do cad único ser nacional. **Misael Jefferson/Ilhéu** como encaminhamento cita para que  
232 seja feito o ofício pedindo a inclusão e diz que existe reivindicação de novos segmentos  
233 de povos e comunidades tradicionais, mas que é necessário a organização para que  
234 possam reivindicar cadeiras. **Elaine/SEDEF** fala sobre a importância de se autodeclarar  
235 como tal povo ou comunidade tradicional. **Magali/SEDEF** fala da necessidade dos  
236 documentos básicos para o cadastro, mas para quilombolas e indígenas é aceito qualquer  
237 documento. Magali diz que o município não pode ter mais de 16% de famílias unipessoais  
238 no cad único, exceto indígenas e quilombolas. **Andre Eiterer/IAT** pergunta sobre os  
239 territórios coletivos. **Magali/SEDEF** diz sobre modelo de declaração para comprovar que  
240 residem em um local específico e que existe modelo de moradia coletiva. **Hayanne/**  
241 **Secretaria executiva** questiona a questão do comprovante de residência. **Magali/SEDEF**  
242 diz que eles declaram onde estão e que eles podem atualizar sempre que mudarem.  
243 **Robson Borges/Religiões de Matriz Africana** pontua os dados da comunidade de  
244 terreiro, porque geralmente o que acontece é a política de reordenamento coordenado

245 pelas atividades religiosas de outros segmentos religiosos e que os povos de terreiro se  
246 recusam a participar por conta disso. Ainda, diz que se for pensar que 90% das entidades  
247 possuem cunho religioso elas não contemplam os povos de terreiro e geram desconforto  
248 para essas pessoas frequentarem esses espaços. **Ana Brolo/MP** pergunta se existe  
249 algum calendário ou rotina para fazer a busca dos povos e comunidades tradicionais para  
250 incluí-los no cad único, e pergunta se existe um calendário de capacitação para as  
251 pessoas que realizam os cadastros. **Magali/SEDEF** diz que o cad único teve crescimento  
252 na pandemia ao mesmo tempo que aconteceu a defasagem da capacitação, e que os  
253 municípios vão receber recurso para a capacitação, voltada para atualizar o cadastros  
254 unipessoais e comunidades tradicionais, e desenvolver com as universidades a busca  
255 ativa de povos e comunidades tradicionais para incluir no cad único. **Ana Brolo/MP**  
256 pergunta se já se sabe qual é o recurso destinado a esse trabalho, é um recurso federal,  
257 se a secretaria sabe desse acesso. **Magali/SEDEF** diz que vai pesquisar o valor desse  
258 ano, mas no ano que vem vai ser disponibilizado ainda o valor. **Ana Brolo/MP** pontua que  
259 os conselheiros da sociedade civil podem participar da construção desses processos.  
260 **Magali/SEDEF** cita que a questão da averiguação do cadastro unipessoal alcançou 224  
261 mil pessoas e o valor era 6 milhões. A plenária aprova o encaminhamento de ofício para o  
262 sagi cad. **Ana Brolo/MP** pergunta sobre como as pessoas que se autodeclararam em dois  
263 segmentos são mencionadas como povos e comunidades tradicionais. **Magali/SEDEF**  
264 diz que isso existe de poder se autodeclararam em dois segmentos e que essa ideia pode  
265 ser incluída nos próximos seminários. Encerra-se a pauta. **Retorno da pauta – Central**  
266 **de Viagens:** **Cintia/SEMIPI** diz que o deslocamento para o almoço não é possível,  
267 somente por conta, não pode ser utilizado o valor do traslado, quanto ao recibo diz que  
268 pode ser por foto desde que esteja legível e que exista o comprometimento para trazer os  
269 documentos oficiais depois. Encerra-se a pauta. **Retorno da pauta – Cadeiras:** **Robson**  
270 **Borges/Religiões de Matriz Africana** inicia falando sobre terem considerado a  
271 necessidade de inclusão de outras comunidades, mas que essas comunidades  
272 precisariam se organizar, então eles decidiram que as vagas remanescentes dos povos  
273 indígenas ficarão uma vaga para os ilhéus e uma vaga para os povos de terreiro.  
274 **Pollyanna/SEMIPI** inicia sua fala dizendo sobre a alteração da lei, onde o antigo  
275 coordenador acertou as vagas remanescentes dos povos indígenas e foi acertado  
276 diretamente com a Casa Civil, diz que agora é necessário que seja enviada a deliberação  
277 do conselho para a Assessoria Técnica do Gabinete para que seja feita uma nova  
278 alteração com a decisão do conselho, porém, essa tramitação não ira acontecer esse ano  
279 devido ao recesso. **Robson Borges/Religiões de Matriz Africana** diz que o que eles

280 gostariam que na primeira reunião do ano que vem eles já tivessem isso alterado.

281 **Pollyanna/SEMIPI** diz que é necessário enviar o protocolo com a deliberação e a

282 justificativa, que se aproxima de um parecer de mérito. **Dimas Gusso/Faxinalense** diz

283 que é necessário levar para a base dos faxinalenses essa nova decisão, já que houve

284 uma expectativa relacionada a abertura de uma nova vaga para este segmento.

285 **Pollyanna/SEMIPI** diz que talvez, quando for acertada as vagas, seja interessante abrir

286 um edital para outras entidades demonstrarem interesse em participar do conselho.

287 **Dimas Gusso/Faxinalense** diz que o conselho nacional vai abrir edital onde as

288 organizações do Paraná já estão demonstrando interesse. **Ana Brolo/MP** diz que

289 relacionado ao edital, a eleição deveria acontecer pela conferência, e que pelo fato dela

290 não ter acontecido ainda gera dificuldade. **Pollyanna/SEMIPI** diz que não

291 necessariamente. **Ana Brolo/MP** diz que na lei diz que precisava fazer a conferência, e

292 que não ocorreu, diz que o Dr. Olympio entrou em contato com a Secretaria Leandre para

293 tratar o assunto. **Eduardo Filho/SEMIPI** diz que em relação a conferência foi realizada

294 uma reunião com a secretaria relacionado a essa especificidade e que esse ano ainda vai

295 acontecer uma reunião para tratar sobre a fase preparatória, buscando parcerias de

296 órgãos e instituições, para a partir disso se iniciar a construção dessa conferência, pontua

297 que será um desafio devido a diversidades de segmentos e etnias dentro do conselho dos

298 povos e comunidades tradicionais. Diz que ano que vem é ano eleitoral, além da questão

299 do orçamento onde deve estar previsto todas as partes de logística do evento, se houver

300 a possibilidade de fazer o edital antes, poderia ser interessante, pois a conferência pode

301 ser pautada para depois das eleições. Pontua que já houverem 2 ou 3 reuniões para

302 organização da conferência. **Ana Brolo/MP** coloca o artigo sobre a necessidade da

303 conferência para as eleições (art. 9, decreto 17.425). **Hayanne/ Secretaria executiva** diz

304 que a Pollyanna falou na reunião anterior que seria no final do segundo semestre do ano

305 que vem. **Eduardo Filho/SEMIPI** diz que não garante, e que é melhor se comprometer

306 com o momento após as eleições para que não se assuma um compromisso que não vai

307 ser possível de executar. **Ana Brolo/MP** diz que a conferência era pra ter acontecido em

308 2013 e deveria acontecer de dois em dois anos. **Eduardo Filho/SEMIPI** diz que a SEMIPI

309 assumiu o legado, mas que será necessário paciência para construir uma conferência

310 bem organizada que contemple os povos. **Ana Brolo/MP** pergunta sobre o número do

311 processo administrativo ou protocolo sobre as reuniões que estão tramitando sobre as

312 tratativas da Conferência. **Eduardo Filho/SEMIPI** diz que não foram reuniões

313 protocolares, foram reuniões internas. **Ana Brolo/MP** questiona se ainda existe a

314 comissão. **Hayanne/ Secretaria Executiva** diz que ela ainda existe e inclusive aconteceu

315 uma reunião online dessa comissão. **Eduardo Filho/SEMIPI** diz que eles podem criar um  
316 calendário de reuniões de acordo com o calendário do Conselho. **Robson**  
317 **Borges/Religiões de Matriz Africana** diz que é importante essa construção conjunta, e  
318 pergunta que a partir de uma avaliação do fórum, devido a necessidade de diversas pré  
319 conferências. **Hayanne/ Secretaria Executiva** diz que se não houver repasse direto para  
320 o município não existe impedimento de ser feito no período eleitoral. **Gustavo**  
321 **Mussi/Casa Civil** diz que é complicado que essas conferências ocorram no período  
322 eleitoral devido a organização. **Misael Jefferson/Ilhéu** diz que se as eleições não são  
323 municipais, não tem motivo para não acontecer, diz que faz dez anos que vem  
324 acontecendo esse processo que chega alguém aqui na reunião e diz um motivo para não  
325 acontecer a conferência. Que passaram a dos indígenas na frente, depois era para  
326 organizar a conferência no primeiro semestre de 2024 e agora no segundo de 2024. Que  
327 a parte da Secretaria é organizar para que seja feita no final do primeiro semestre, que já  
328 existem questões encaminhadas nas comunidades e minutas, e mais uma vez eles estão  
329 colocando desculpas para não realizar a conferência. **Eduardo Filho/SEMIPI** diz que não  
330 estão deixando de escanteio, mas que ele está chegando agora. Que a SEMIPI quer fazer  
331 a do CPCT, e que não quer colocar expectativa enquanto não tiver a certeza que será  
332 possível de realizar e pergunta se é possível realizar as conferências livres em dois  
333 meses. Cita que sem conferências livres para comunicar e preparar as comunidades é  
334 difícil. Que não irá fazer o comprometimento de realizar a conferência sem que seja  
335 realizado levantamento dos dados e as atividades preparatórias. Pede a paciência para  
336 construir o processo com calma e trabalho em cima, sugere fazer um cronograma para a  
337 conferência paralelo ao cronograma do CPCT. **Clemilda Santiago/SETI** diz que estas  
338 proposições devem surgir da comissão de organização da conferência, e diz que quando  
339 o Eduardo coloca o prazo estendido é pela preocupação de um comprometimento com  
340 uma data e uma possível impossibilidade de realização das etapas prévias ao evento. Diz  
341 que o regimento da conferência deve ser construído antes do início das conferências  
342 livres, que as parcerias devem ser firmadas com as instituições e universidades, usando  
343 de exemplo a construção da conferência dos povos indígenas do paraná. Diz que antes  
344 do comprometimento com data é necessário a organização de todas logísticas. Que é  
345 necessário que a comissão da conferência trate sobre esses assunto e defina um  
346 calendário próprio. **Eduardo Filho/SEMIPI** reforça a necessidade das reuniões paralelas.  
347 **Misael Jefferson/Ilhéu** diz que o Eduardo diz que estão acontecendo reuniões sem a  
348 participação do conselho e diz que relacionado aos povos e comunidades tradicionais,  
349 eles já são organizados, se for necessário em um mês eles se organizam nos núcleos

350 organizados desses povos e comunidades e que inclusive já foram definidos alguns  
351 delegados para participar da conferência. Que assim que iniciou o mandato da diretoria já  
352 foi citado 3 datas, e que é necessário trabalhar para que seja realizada no final do  
353 primeiro semestre e não protelar para o final. Que o encaminhamento é tentar realizar  
354 para o final do primeiro semestre e depois caso não de a gente programa mais pra frente.  
355 Que quando for solicitado os delegados, eles se prontificam a organizar, só precisam das  
356 datas. **Gustavo Mussi/Casa Civil** sugere como encaminhamento um encontro do gov e  
357 das representações do conselho que compõem a comissão para tratar quais são os  
358 alinhamentos necessários para realização da conferência. **Clemilda Santiago/SETI** diz  
359 que a parte burocrática, de licitação, transporte e afins demora mais de 3 meses,  
360 precisamos da previsão de quantas pessoas que vão participar de cada etapa para então  
361 começar o processo burocrático e administrativo. **Misael Jefferson/Ihéu** diz que eles  
362 estão organizados mas que os ciganos não tem participação e eles não sabem como  
363 seria para organizar. **Hayanne/Secretaria executiva** diz que existe 5 organizações dos  
364 povos ciganos e que existe possibilidade de organização a partir disso, considerando que  
365 cada um tem uma maneira de organização. **Misael Jefferson/Ihéu** sugere que seja  
366 seguido a sugestão de Gustavo para as tratativas da conferência. **Eduardo Filho/SEMIPI**  
367 diz para tentar seguir para a construção de um calendário. **Dimas Gusso/Faxinalense** diz  
368 que eles já tem algumas agendas e a necessidade de se pensar, e que a sociedade civil  
369 precisa se organizar e pensar como é possível ser feito. **Eduardo Filho/SEMIPI** sugere  
370 de encaminhamento para comissão a deliberação do calendário. **Tatiani Macarini/**  
371 **SEMIPI** diz que é necessário construir um regulamento pré conferências para que haja  
372 um padrão de funcionamento das conferências. **Misael Jefferson/Ihéu** diz que o que  
373 Gustavo Mussi pediu para encaminhar relacionado a essas datas é que eles precisam  
374 organizar as datas, que pra eles não tem carnaval, que eles organizam até fevereiro sem  
375 problemas, mas quem tem que fazer isso é a comissão. **Clemilda Santiago/SETI**  
376 pergunta quem faz parte da comissão. **Hayanne/Secretaria Executiva** cita os nomes.  
377 **Clemilda Santiago/SETI** pergunta se existe possibilidade de realizar a reunião. **Robson**  
378 **Borges/Religiões de Matriz Africana** diz que eles não tem agenda no final do mês e que  
379 no inicio de janeiro é possível fazer. **Hayanne/Secretaria Executiva** sugere dia 8 ou dia  
380 10 caso seja possível autorização de viagem pela central de viagens. Caso não seja a  
381 reunião será agendada para fevereiro, pois a plenária prefere reunião presencial. **Dimas**  
382 **Gusso/Faxinalense** faz um informe as questões com a força verde e diz que criaram um  
383 seminário junto com a defensoria publica para dar conta da pauta, primeiro seminário de  
384 segurança publica e proteção jurídica dos faxinais, foi importante para entender a

385 realidade a partir da presença no território e vivenciar a realidade, diz que existem  
386 diversas especificidades dos faxinalenses da região e que tiraram alguns  
387 encaminhamentos deste seminário como a criação do GT até Março, canal de diálogo e  
388 denuncia, 181, uma aba própria para os faxinais, formação da força verde a partir de  
389 2024, e dar agilidade no SEUC. **Andre Eiterer/IAT** diz que foi uma oportunidade andar no  
390 território e conhecer a realidade faxinalense e que é necessário a integração entre os  
391 órgãos e a sociedade civil para que sejam construídas as políticas públicas. **Andre/SESP**  
392 agradece a inclusão da SESP nesse processo e que a partir disso foi criado o canal de  
393 comunicação entre estes atores. **Pauta – PNGTAQ: Kethleen/ Terra de Direitos** começa  
394 a pauta sobre a PNGTAQ, decreto 11786, para valer nos estados é necessário um termo  
395 de adesão/cooperação e possui 5 eixos de objetivos gerais. Em um primeiro momento foi  
396 tirado na comissão um ofício que será enviado pela FECOQ para o Conselho pedindo a  
397 recomendação da adesão a esta política, onde diversas comunidades quilombolas  
398 participaram da construção, então a sugestão é que se inicie uma discussão na casa civil  
399 nesse processo, a partir do patrimônio material e imaterial, portaria 20 de novembro  
400 IPHAN, para que se inicie uma análise no estado para mapear esses patrimônios.  
401 **Clemilda Santiago/SETI** diz que na conferência é necessário discutir a readequação da  
402 lei para que se contemple esses povos. **Kethleen/ Terra de Direitos** diz que o que é  
403 necessário nesse caos é aderir ao decreto, que a criação de uma política é importante  
404 mas que ai precisa acontecer a CLPI, e que o decreto tem que ser aderido até 15 de  
405 maio, o que seria antes da conferência. **Gustavo Mussi/Casa Civil** diz que na comissão  
406 ontem foi decidido que a partir dos ofícios seria criado uma comissão para a análise  
407 dessa recomendação de adesão, para que possa ser aprovado pelo conselho, e que o ele  
408 e o Andre Eiterer se disponibilizaram a fazer a análise e levar para a comissão. **Andre**  
409 **Eiterer/IAT** sugere que a terra de direitos como colaboradora pode participar. **Gustavo**  
410 **Mussi/Casa Civil** diz que tem duvida sobre a necessidade da CLPI. **Andre Eiterer/IAT**  
411 diz que é necessário aprofundar o estudo para depois aprovar a recomendação em  
412 plenária. **Robson Borges/Religiões de Matriz Africana** diz que esse decreto pode  
413 contemplar os povos de terreiro também. **Clemilda Santiago/SETI** sugere a realização da  
414 uma reunião extraordinária devido a importância da temática. **Hayanne/Secretaria**  
415 **Executiva** recebe a confirmação e diz que as reuniões só vão poder ser realizadas na  
416 segunda quinzena de janeiro e pergunta qual a data possível para a reunião. A plenária  
417 decide marcar no dia 22 e 23 de janeiro a reunião da comissão organizadora da  
418 conferência e reunião da comissão de território. **Pauta - calendário da CLPI:** é reforçado  
419 o envio de ofício ao DER solicitando todas as datas e documentos apresentados pelas

420 comunidades, para estabelecer o fluxo de informações para esse calendário de consulta.  
421 Com as pautas vencidas, a Secretaria Executiva encerra a plenária. Essa ata foi redigida  
422 pela servidora Taise Passos e revisada pela servidora Hayanne Iovanovitchi, secretária  
423 executiva em exercício do Conselho Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais.